

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Aspectos Empresariais do E-Social**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121810

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

O sistema do E-Social, seus aspectos teóricos e legais: objetivos e conceitos do E-Social. As regras gerais para sua implantação. Fluxo de Informações. Verbas Trabalhistas e E-Social. Operacionalização do sistema do E-Social. O acesso ao sistema do E-Social e lançamento de informações. O dever empresarial com o sistema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise dos impactos nos processos internos e externos do sistema. Revisão das práticas com diferentes tipos de trabalhadores. Os processos administrativos e judiciais com impacto no recolhimento dos tributos sobre a folha de pagamento. E-Social e Segurança do Trabalho. Registro eletrônico de empregados, registros de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, afastamentos temporários e riscos ocupacionais. Os registros de estabilidade, férias e os processos de desligamento do trabalhador. Implementação do E-Social nas Empresas. Rotinas e Auditoria.

OBJETIVOS

- a) Conhecer o sistema do E-Social;
- b) Utilizar o sistema do E-Social como ferramenta de gestão empresarial;
- c) Reconhecer o sistema do E-Social na rotina da empresa, especialmente no tocante ao risco do meio ambiente laboral.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; REIS, M. T. **Estratégia empresarial: o desafio nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CARVALHO, Paulo de Barros. **Justiça econômica e social**. São Paulo: Noeses, 2017.

IBRAHIM, Fábio Zambite. **Curso de direito previdenciário**. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis *et al.* **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LEITÃO, André Studart. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Ivan Guimarães; BENTO, Lucas Fulanete Gonçalves; POMPEU, Renata Guimarães. (coord.). **Estudos sobre negócios e contratos: uma perspectiva internacional a partir da análise econômica do Direito**. São Paulo: Almedina Brasil, 2017.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. **E-social aplicado às rotinas trabalhistas: o novo modelo de gestão**. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TIMM, Luciano Beneti (org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREITAS, Rafael Vêras; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

JORGE, Táris Nametela Sarlo. **Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **Direito previdenciário: custeio e benefícios**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RUBIN, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2015.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de previdência social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. LENZA, Pedro (coord.). **Direito previdenciário esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n. 1, 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professor: Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula 01: Apresentação da atividade acadêmica e divisão dos trabalhos.

Aula 02: Análise Econômica do Direito Contratual: Coase e os Custos de Transação -
Introdução.

Leitura obrigatória:

http://lib.cufe.edu.cn/upload_files/other/4_20140515034803_1%20Coase,%20R.H.%EF%BC%881937%EF%BC%89%20The%20Nature%20of%20the%20Firm.pdf

Aula 03: Análise Econômica do Direito Contratual: Teoria dos Custos de Transação de Oliver
Williamson

Leituras obrigatórias:

http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf; e
[https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%203/Williamson%20\(1979\).pdf](https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%203/Williamson%20(1979).pdf)

Aula 04: Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial
Risco Moral e Seleção Adversa.

Leitura obrigatória:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1036&context=law_and_economics

Aula 05: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Incompletude e a Problemática do
Contrato no Tempo.

Leitura obrigatória:

<https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1633&context=caselrev>

Aula 06: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Especificidades dos Contratos
Empresariais.

Leitura obrigatória:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/341383/mod_resource/content/1/Paula%20Andrea%20Forgioni.pdf

Aula 07: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contratos e Relações de Trabalho na Atualidade.

Leituras obrigatórias:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2848456; e

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582673

Aula 08: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Redes de Contratos.

Leitura obrigatória:

<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70573/40048>

Aula 09: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Linguagem, Interpretação e *Legal Design*.

Leituras obrigatórias:

https://stefaniapassera.com/wp-content/uploads/2016/08/2013_communication-design-quarterly_passera_haapio.pdf; e

<https://scholarlycommons.law.cwsl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=fs>

Aula 10: Seminários sobre Temas de Direito Contratual: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e Smart Contracts.

Leitura obrigatória:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3562941; e

Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação

efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.
- CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.
- COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.
- TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge, USA: Harvard University 1995.
- WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.
- AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).
- BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento Econômico e Mercado de Trabalho**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121805

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Introdução e análise da abordagem de Análise Econômica do Direito, com ênfase no estudo da Microeconomia e Macroeconomia aplicadas ao estudo do fenômeno jurídico. Exame das principais vertentes de Análise Econômica do Direito que possuem proximidade com o Direito e, especialmente, com o Direito do Trabalho, tais como Análise Econômica do Direito Empresarial, Análise Econômica do Direito Contratual e Análise Econômica do Direito da Regulação e Concorrencial. Estudo da economia organizacional sob a ótica dos custos de transação e da teoria da agência. Construção dos conhecimentos sobre economia da cooperação. Aplicação da teoria dos jogos nas relações empresariais com vistas a formar no aluno uma visão sobre a nova economia institucional e os custos do descumprimento contratual nas relações de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Análise Econômica do Direito e sua aplicação ao Direito do Trabalho. Economia Organizacional e Custos de Transação. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Análise de Dados Estatísticos. Desalentados. Custo do Descumprimento do Contrato de Trabalho.

OBJETIVOS

a) Entender os mecanismos de tomada de decisão, aplicando o conhecimento da Microeconomia;

- b) Usar a Microeconomia como ferramenta fundamental para entendimento e previsão de comportamentos e estratégias, problematizando-a como questão basilar da realidade empresarial;
- c) Desenvolver um amplo conhecimento do campo econômico, com uma visão característica do ambiente microeconômico.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COOTER, Robert Dandridge; SCHÄFER. **O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza no mundo.** Tradução de Magnum Eltez. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias.** Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GORGA, E. **Direito societário atual.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito.** 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PIMENTA, Eduardo Goulart. **Direito Societário.** Porto Alegre: Editora Fi, 2107.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

TIMM, Luciano Benetti Timm (org.). **Direito e economia no Brasil.** São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONELLO, Claudia S. A metamorfose da aprendizagem organizacional. *In*: RUAS, R.; ANTONELLO, C. S.; BOFF, L. H. (org.). **Os novos horizontes da gestão**: aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 12-33.

ARAÚJO, C. L. Resenha: pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. **Revista Economia & Gestão**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 143-145, 2004.

BARBOSA, Eliana. **O enigma da bota**: enfrentando a sucessão empresarial com equilíbrio e sabedoria. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; REIS, M. T. **Estratégia empresarial**: o desafio nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACKAAY, Ejan; ROSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed. Tradução de Rachel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professores: Prof. Dr. Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e ‘status’ de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1:

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental e sua transversalidade (Direito, Economia, Política e Ciência)

1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental

1.1.1. Juridicidade ambiental

1.1.2. Status de direito fundamental

1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:

a) Dimensão subjetiva

b) Dimensão objetiva

- 1.2. Deveres ambientais constitucionais:
- 1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Aula 2:

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Papel da Ciência e sua intersecção com o Direito

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). 2ª ed. São Paulo: RT, 2020.

Aula 3:

1. Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
 - 1.3. Nexa causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades
 - 1.4. Solidariedade
 - 1.5. Medidas Compensatórias.

2. Responsabilidade Administrativa Ambiental.

- 2.1. Infrações ambientais
- 2.2. Sanções ambientais
- 2.3. Excludentes

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. “Dano e Responsabilidade Civil Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2020; CARVALHO, Délton Winter de. “Responsabilidade Administrativa Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2020.

Aula 4:

1. Direito dos Desastres
2. Autonomia
3. Gestão circular dos riscos
4. Funções: Mitigação e Prevenção; Resposta de Emergência; Compensação; Reconstrução
5. Casos: Mariana, Brumadinho, Covid

Leitura obrigatória:

CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres Ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação*. São Paulo: RT, 2020.

Aula 5:

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
- 1.2. Sensitividade Climática
- 1.3. Direito das Mudanças Climáticas
- 1.4. Litigância estratégica: direitos humanos, ambiental e climática
- 1.4.1. Litigiosidade como governança: rights turn
- 1.4.2. Litigância Climática no Mundo.
- 1.4.3. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data:

CARVALHO, Délton Winter de. *Constitucionalismo Climático: a tridimensionalidade do Direito das Mudanças Climáticas*. (prelo) SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. “Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: Establishing a constitutional right to a stable climate.” *RECIEL – Review of European, Comparative & International Environmental Law*. July, 2021. (Prelo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADFORD, Mank. **Standing and statistical persons**: a risk-based approach to standing. Cincinnati: University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications, 2009. (Paper, 127).

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres e sua regulação jurídica**: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental. 2. ed. São Paulo: RT, 2020.

CARVALHO, Délton Winter de. **Gestão jurídica ambiental**. 2. ed. São Paulo: RT, 2020.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W. **Environmental law**. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (org.). **Estudos aprofundados em Direito dos Desastres**: interfaces comparadas. Curitiba: Prismas, 2017.

SETZER, Joana; CARVALHO, Délton Winter de. Climate litigation to protect the Brazilian Amazon: establishing a constitutional right to a stable climate. **RECIEL**: Review of European, Comparative & International Environmental Law, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 197-206, July 2021.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. **Climate change litigation**: analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property. Adelaide: Presidian, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. Globalization and the ecological state. **Review of European Community and International Environmental Law**, [s. l.], v. 8, n. 3, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. Juridicização da Ecologia ou Ecologização do Direito. **Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente**, Coimbra, n. 4, dez. 1995.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos Desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel. Disaster law and emerging issues in Brazil. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria Do Direito (RECHTD)**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 2-15, jan./jun. 2012.

FARBER, Daniel. Uncertainty. **The Georgetown Law Journal**, [s. l.], v. 99, 2011.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho. **Revista de Derecho Ambiental**, Buenos Aires, n. 32, p. 65-82, oct./dic. 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Internacional do Comércio**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Prof. Dr. Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial

- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. **Direito Internacional do Comércio**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020.

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2. (Série comercio exterior).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL Júnior, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

ANJOS, Priscila Caneparo dos. A Organização Mundial do Comércio e os Direitos Humanos: idealismo romântico ou ceticismo racional? **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 17-31, Jan./Apr. 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, 2014, p. 336-348. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rdi.v11i2.3158>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. Principais teorias de comércio internacional. *In: A GAIA Política: o mundo nosso de cada dia*. [S. l.], 13 out. 2009. Disponível em: <https://jacielerodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 3-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SILVA, Elaine Cristina Gonzaga da. **Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do Comércio Internacional**. São Paulo: FGV, 2009.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do Estado e a unidade do Direito Internacional: domesticando o rinoceronte**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. 30 anos velando o Mercosul vivo. *In: ILA Brasil*. João Pessoa, 8 set. 2021. Disponível em: <http://ila-brasil.org.br/blog/30-anos-velando-o-mercosul-vivo/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Sindical em Perspectiva**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: MP14001-00175

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

A razão histórica da construção autônoma de normas no Direito do Trabalho: “negociação” coletiva. Mau uso da palavra. Gênese do Direito do trabalho. A função da norma coletiva no âmbito da regulação jurídica da relação social de trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Os dissídios coletivos e a atuação dos Tribunais. Alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista e que afetam a atuação sindical. A história da regulação jurídica do conceito de categoria profissional. Representação de empregados no âmbito da empresa. Greve. Conceito de “trabalhador coletivo”. As greves na história das relações de trabalho no Brasil. A resposta estatal ao movimento coletivo dos trabalhadores. O atrelamento do Sindicato ao Estado: assistencialismo e controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Raízes do Movimento Sindical. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo do Trabalho. Greve. Custeio Sindical. O Sindicato na Estrutura dos Governos Brasileiros.

OBJETIVOS

- a) Estudar a importância do movimento sindical na efetivação de direitos trabalhistas;
- b) Compreender o sindicato como elemento patronal;
- c) Refletir acerca do custeio sindical e a polêmica Reforma Trabalhista.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Alice Monteiro de. Ordem pública e tutela do emprego: as dispensas individuais no ordenamento brasileiro - dispensa coletiva e por motivos censuráveis no ordenamento jurídico europeu. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. jul./dez. 2002.

MAGANO, Octavio Bueno. Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & Doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 39-40, dez 1996.

ROMAGNOLI, Umberto. Sobre el despido o la violencia del poder privado. **Revista de Derecho Social Latinoamérica**, Buenos Aires, n. 4-5, p. 9-15, 2008.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Revista Eletrônica: Acórdãos, Sentenças, Ementas, Artigos e Informações**, Porto Alegre, v. 5, n. 80, p. 92-103, jul. 2009. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/80395/2009_severo_valdete_garantia_manutencao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2016

SEVERO, Valdete Souto. Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa: Artigo 7o, I, da Constituição. **Revista de Processo do Trabalho e Sindicalismo**, Porto Alegre, p. 188-210, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, p. x-x, 17 nov. 2008.

SOARES FILHO, José. **A proteção da relação de emprego**: análise crítica em face de normas da OIT e da legislação nacional. São Paulo: LTr, 2002.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da oit. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **Despedida abusiva**: o Direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: LTr, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Tributário e Tributação**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121797

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) AULA: Introdução à tributação. Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômico; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação. - Aula Expositiva
- 2) AULA: Análise Econômica da Tributação. Tributação sobre bases econômicas, Escolha Racional, Teoria dos Jogos. aula expositiva.

- 3) AULA: Direito Tributário Internacional: limites territoriais da lei. Fontes do Direito Tributário Internacional. Normas internacionais e relação com a legislação interna. Elementos de Conexão. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais. Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).
- 4) AULA: Extrafiscalidade. Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality; Tributação da economia digital.
- 5) AULA: Estudo de caso: Caso Neymar – Acórdão 2402-005.703, Processo nº 15983.720065/2015-11, j. 15/03/2017
- 6) AULA: Estudo de caso: Caso Apple – European Commission (2016a), Final Commission Decision of 30.8.2016 on State Aid SA 38373 (2014C), implemented by Ireland to Apple, 30.8.2016C (2016), 5605.
- 7) AULA: Estudo de caso: ADI 2588, Relatora: Min. ELLEN GRACIE, Relator p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 10/04/2013, DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014 EMENT VOL-02719-01 PP-00001.
- 8) AULA: Estudo de caso: ADI 4481, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 18-05-2015 PUBLIC 19-05-2015
- 9) AULA: Estudo de caso: preço de transferência Acórdão 1402-002.760 CARF
- 10) AULA: Estudo de caso: RE 550769, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 02-04-2014 PUBLIC 03-04-2014).

AVALIAÇÃO

Com exceção das cinco primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários pelos alunos, cobrindo todos os textos e estudos dos casos sugeridos, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e entrega de paper sobre o tema estudado pelo mestrando no prazo de 30 dias após a conclusão da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal**: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, evasion, and taxpayer morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [s. l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

SILVA, Eivany Antônio da. O imposto de renda e os lucros e rendimentos auferidos no exterior. *In*: ROCHA, Valdir de Oliveira (coord.). **Grandes questões atuais do direito tributário**. São Paulo: Dialética, 2002. p. 304-330.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. [S. l.]: Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula *et al.* Observatório do Carf: planejamento tributário. *In*: JOTA: Notícias Jurídicas que fazem a diferença. São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins *et al.* Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. *In*: JOTA: Notícias Jurídicas que fazem a diferença. São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente en America Latina para incorporar la tributacion ambiental. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

COELHO, Carolina Reis Jatobá. Sigilo bancário e governança global: a incorporação do FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act) no ordenamento jurídico brasileiro diante do impacto regulatório internacional. **Revista da Receita Federal: Estudos tributários e aduaneiros**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 86, 2015. Disponível em: <http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/152/29>. Acesso em: 1 jun. 2017.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p. 147-165, 2010.

DIZDAREVIC, Melissa A. The FATCA provisions of the hire act: boldly going where no withholding has gone before. **Fordham Law Review**, [s. l.], v. 79, n. 6, 2011. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4728&context=fldr>. Acesso em: 14 ago. 2017.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico**: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S. l.: s. n.], 2007.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Princípios da tributação internacional sobre a renda. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 35, n. 137, p. 83-90, 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/334/r137-08.pdf?sequence=4>. Acesso em: 3 out. 2017.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S. l.]: The LAFFER Institute, 2014.

TÔRRES, Heleno. **Direito Tributário Internacional**: planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. *In*: CARVALHO, Cristiano (org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 230-253.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações internacionais.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 45h/a

Créditos: 3 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professores: Prof. Dr. André Rafael Weyermüller e Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula	Conteúdo
1ª Aula	INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL. Origem, fontes e princípios.
2ª Aula	PATENTES E TRADE SECRET. Formas de proteção das invenções. Espécies. Requisitos. Bancos de patentes.
3ª Aula	DESENHO INDUSTRIAL. Aplicação. Sistema de livre concessão. Requisitos. Nulidade e extinção. Distinção com marca tridimensional.

4ª Aula	MARCAS. Espécies. Princípios e requisitos. Marcas notoriamente conhecidas e de alto renome. Nulidade e extinção.
5ª Aula	NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS IMPACTOS NA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Contexto mundial. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Fair Use.
6ª Aula	SOFTWARE. Lei 9.609 de 1998. Propriedade Intelectual do Programa do Computador. Registro. Governança Algorítmica. Contratos. Direitos e relação de emprego. Casos de aplicação ao software da Lei 9.279 de 1996.
7ª Aula	DIREITOS AUTORAIS. Direitos de autor e conexos. Princípios, natureza jurídica, direitos morais e materiais, domínio público, plágio. Gestão Coletiva.
8ª Aula	OUTRAS FORMAS DE PROTEÇÃO Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência. Biodiversidade e Cultivares.
9ª Aula	PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITOS AUTORAIS. Modelo de negócio. Streaming. Direitos Autorais no Mercado Único Digital. Direitos patrimoniais.
10ª Aula	CULTURA LIVRE. LICENÇAS CRIATIVE COMMONS.
11ª Aula	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL. Conceito de autoria. Disposições sobre Direito Civil e União Europeia.
12ª Aula	CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. Cessão. Licença. SAT. Fornecimento de Tecnologia. Franquia.
13ª Aula	DIREITOS AUTORAIS E PARTICULARIDADES NO MUNDO DIGITAL. Memes. Fandom. Estudos de caso.
14ª Aula	SEMINÁRIOS
15ª Aula	SEMINÁRIOS

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
2. A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
3. Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
4. Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
5. Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 10 páginas e seguir as normas da ABNT.
6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Obs.: Textos estão disponibilizados no ambiente Moodle para utilização nos seminários e nos artigos finais. Além desses textos que serão trabalhados em aula, sugere-se a bibliografia que segue:

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S. l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e autoria colaborativa: na economia da informação em rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, Carlos. **Propriedade intelectual e saúde pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A philosophy of intellectual property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. **The economic structure of intellectual property law**. Cambridge, USA: Belknap, 2003.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S. l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2016.

SÁDABA, Igor; DOMÍNGUEZ, Mario; ROWAN, Jaron; MARTÍNEZ, Rubén; ZEMOS98. **La tragedia del copyright**: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The public domain**: enclosing the commons of the mind. USA: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural).

CASTRO, Oona; MIZUKAMI, Pedro (org.). **Brasil pirata, brasil original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter; BRAITHWAITE, John. **Information feudalism**: who owns the knowledge economy? New York: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (comp.). **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La Economía del sistema internacional de patentes**. Mexico: Siglo Veinti uno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade Intelectual**: uma outra ordem jurídica possível. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral**: hacia un nuevo paradigma. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost; SCHIJNDEL, Mariekevan. **Imagine...no copyright**: por un mundo nuevo delibertad creativa. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (org). **Propriedade intelectual**: tensões entre o capital e a sociedade. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral e marco civil da internet**. Curitiba: GEDAI: UFPR, 2015.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação e Tecnologia**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justralhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.

c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. **O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito**. [S. l.]: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. 2. ed. Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. **O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital**. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. [S. l.]: Saraiva, 2013.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011. v. 1, pt. 1.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1, pt. 2.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Revista Eletrônica: Acórdãos, Sentenças, Ementas, Artigos e Informações**, Porto Alegre, v. 5, n. 80, p. 92-103, jul. 2009. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/80395/2009_severo_valdete_garantia_manutencao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 ago. 2021

SEVERO, Valdete Souto. **O dever de motivar a despedida**: argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, 17 nov. 2008.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. *In*: JORGE Luiz Souto Maior. [S. l.], 10 dez. 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 13 ago. 2021

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Ainda o abuso das dispensas coletivas. *In*: JORGE Luiz Souto Maior. [S. l.], 13 dez. 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>. Acesso em: 13 ago. 2021

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo: alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. **Revista Justiça do Trabalho**, [s. l.], n. 291, mar. 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. **El despido o la violencia del poder privado**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAZAN, Ellen Mara Ferraz. **Da greve ao locaute**: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & Doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 20-23, dez. 1996.

MARTINS CATHARINO, José. **Em defesa da estabilidade**. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Tratado elementar de direito do trabalho**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960. v. 1.

PAIXAO, Cristiano; LOURENCO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. *In*: COUTINHO, Grijalbo Fernandes *et al.* (coord.). **O mundo do trabalho: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2009. v. 1, p. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**. São Paulo: FUNCAMP, 1979. v. 1: O movimento operário.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Humanos e Empresas**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121806

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Fenômeno da Globalização. Empresas no Contexto Internacional. Proteção aos Direitos Humanos nas Empresas. Empresas Transnacionais. A OIT e ONU na defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores. Neoescravidão. Princípios Orientadores das Empresas e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A globalização e os seus diálogos com as organizações. Riscos Tecnológicos e Atividade Empresarial. Responsible Research and Innovation (RRI). O reflexo do RRI na estrutura organizacional dos direitos humanos nas empresas. Responsabilidade Social nas Empresas. Desenvolvimento Humano-Empresarial. O contrato de trabalho como um contrato de Direitos Humanos. Reforma Trabalhista e Direitos Humanos.

OBJETIVOS

- a) Estudar o âmbito empresarial dos Direitos Humanos;
- b) Perquirir os efeitos do estudo dos Direitos Humanos no contrato de trabalho;
- c) Estabelecer a estrutura humana como fator de desenvolvimento empresarial, fora da dualidade empregado e empregador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOT, C. Non-state actors and the challenges of regulating new technology. **Journal of Law and Society**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 329-358, Sept. 2012.

BACKER, L. C. Multinational corporations as objects and sources of transnational regulation. **ILSA Journal of International & Comparative Law**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 499-523, 2008.

BROWNSWORD, R. Technological management and the rule of law. **Law, Innovation and Technology**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 100-140, 2016.

COLLINGRIDGE, D. **The social control of technology**. New York: St. Martin's Press, 1980.

CORTINA, A. **Cidadão do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho**: digitalização e relação homem-máquina: mudanças e tendências na legislação em nível global. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2021. Disponível em:

https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/cgee_sdt23_DTMT.pdf/761fb0b0-e889-4a90-9361-7121e0bc98c1?version=1.3. Acesso em: 20 jan. 2022.

FLORIDI, Luciano (ed.). **The OnLife manifesto**: being human in a hyperconnected era. London: Springer Open, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/9742506/The_Onlife_Manifesto_Being_Human_in_a_Hyperconnected_Era. Acesso em: 20 jan. 2022

MARCHANT, G. E.; SYLVESTER, D. J. Transnational models for regulation of nanotechnology. **Journal of Law, Medicine and Ethics**, [s. l.], p. 714-725, Winter 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=907161>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RUGGIE, John Gerard. **Quando negócios não são apenas negócios**: as corporações multinacionais e os direitos humanos. Tradução de Isabel Murray. São Paulo: Planeta sustentável, 2014. *E-book*.

SÁ E BENEVIDES, I. A.; SÁ RIBEIRO, M. R. de. A internacionalização dos direitos humanos e sua repercussão na atuação das empresas transnacionais. *In*: ALL, P. M.; OVIEDO ALBÁN, J.; VESCOVI, E. (dir.). **La actividad internacional de la empresa**. Bogotá: Grupo Editorial Ibáñez, 2017. p. 288-308.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 9.571, de 21 de novembro de 2018**: estabelece as diretrizes nacionais sobre empresas e direitos humanos. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9571.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). **Resolução n. 05, de 12 de março de 2020**. Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política Pública sobre Direitos Humanos e Empresas. Brasília, DF: 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_ResoluoDHeempresas.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. *In*: PARDO, José Esteve (coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005. p. 325-344.

ENGELMANN, Wilson. Nanotecnologia e direitos humanos. **Cadernos de Direito Actual**, Santiago de Compostela, n. 9, p. 441-487, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/325/201>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ESTEVE PARDO, J. El reto de la autorregulación o cómo aprovechar en el sistema jurídico lo que se gesta extramuros del mismo: mito y realidad del Caballo de Troya. *In*: ARROYO JIMÉNEZ, L.; NIETO MARTÍN, A. (dir.). **Autorregulación y sanciones**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2015. p. 39-50.

GRUNWALD, A. **The hermeneutic side of responsible research and innovation**. London: Wiley: ISTE, 2016. v. 5. *E-book*.

GUSTON, D. H. Understanding ‘anticipatory governance’. **Social Studies of Science**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 218-242, 2014.

HANNUM, H. Reinvigorating human rights for the twenty-first century. **Human Rights Law Review**, [s. l.], v. 16, p. 409-451, 2016.

HERBERG, M. Global legal pluralism and interlegality: environmental self-regulation in multinational enterprises as global law-making. *In*: DILLING, O.; HERBERG, M.; WINTER, G. (ed.). **Responsible business: self-governance and law in transitional economic transactions**. Oxford: Hart Publishing, 2008. (Oñati International Series in Law and Society). p. 17-39.

HOFFMANN-RIEM, W. Direito, inovação e tecnologia. *In*: MENDES, G.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. (coord.). **Direito, inovação e tecnologia**. Saraiva: São Paulo, 2015. v. 1, p. 1-368.

HOLLINGWORTH, P. **The light and fast organization: a new way of dealing with uncertainty**. Melbourne: Wiley, 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISSO). **ISO 26000: Social Responsibility**. [S. l.]: ISO, 2018. Disponível em: <https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/store/en/PUB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NASCIMENTO, Juliana Oliveira (coord.). **ESG: o cisne verde e o capitalismo de Stakeholder: a tríade regenerativa do future global**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NORDMANN, Alfred. Responsible innovation, the art and craft of anticipation. **Journal of Responsible Innovation**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 87-98, 2014.

SISODIA, Raj; GELB, Michael J. **Empresas que curam: despertando a consciência dos negócios para ajudar a salvar o mundo**. Tradução Edite Siegert. São Paulo: Alta Books, 2020. *E-book*.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código Disciplina: 112149

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.

- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direito, economia e organizações**. [S. l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise económica do direito, programa e guia de estudo**. [S. l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S. l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S. l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S. l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Estratégias para a Internacionalização das Empresas**

Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Profa. Dra. Juliana Balin Suzin

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- Módulo I: Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- Módulo II: Estratégias de Entrada em Mercados Externos – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- Módulo III: O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- Módulo IV: o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.

- Modulo V: Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Cengage CTP, 2008.

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M., **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431, 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S. l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILLI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice.
Journal of Marketing Theory and Practice, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gerenciamento de Risco Empresarial**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112158

Professor: Prof. Dr. André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Regulação de Riscos. O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Pandemia e o risco. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos e instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação a novos cenários;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;

- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AValiação

A avaliação consistirá em Seminários sobre os temas das aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em:
<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. *In*: FACHIN, Luiz Edson. **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar**: law, science, and technology in america. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES

JÚNIOR, Otávio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: BAEZ, Narciso Leandro Xavier *et al.* **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: fundamentos, políticas e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe**: environmental action for a post- Katrina world. Cambridge, USA: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental**: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gestão da Inovação**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 01	Gestão da inovação	JOE, T. I. D. D.; BESANT, Joe; PAVITT, Keith. Inovação – O que é e por que importa. Gestão da inovação . São Paulo: Artmed, 2008. (Cap. 1) TROTT, Paul J. Gestão da inovação: uma introdução. Gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos . Bookman Editora, 2012. (Cap. 1)
Aula 02	A natureza da inovação e os desafios da gestão da inovação	SALTER, A.; ALEXY, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2) TIDD, Joe; BESSANT, John. Innovation management challenges: From fads to fundamentals. International Journal of Innovation Management , v. 22, n. 05, p. 1840007, 2018.

Aula 03	Conhecimento e inovação	<p>COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, Administrative Science Quarterly. Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990.</p> <p>NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. European Management Journal, 2013.</p>
Aula 04	Desenvolvimento de produtos	<p>COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. The Journal of product innovation management. V. 25, p. 213–232, 2008.</p> <p>BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. Business Horizons, V. 55, 293—305, 2012.</p>
Aula 05	Ecossistemas de inovação	<p>MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10)</p> <p>AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11).</p>
Aula 06	Inovação aberta	<p>CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. MIT Sloan Management Review, v.44, n.3, p.33-41, 2003.</p> <p>ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22)</p> <p>MARCOLIN, Federica; VEZZETTI, Enrico; MONTAGNA, Francesca. How to practise Open Innovation today: what, where, how and why. Creative Industries Journal, v. 10, n. 3, p. 258-291, 2017.</p>
Aula 07	Colaboração	<p>DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23)</p> <p>VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator. MIT Sloan Management Review, Fall, 2011.</p> <p>PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. Journal of Interactive Marketing, v. 18, n.3, p.5-14 , 2004.</p>

Aula 08	Inovação em modelo de negócios	<p>MASSA, L.; TUCCI, C. Business Model Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 21)</p> <p>FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. Journal of Management, v. 43, n. 1, p. 200-227, 2017.</p> <p>FOSS, Nicolai J.; SAEBI, Tina. Business models and business model innovation: Between wicked and paradigmatic problems. Long Range Planning, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2018.</p>
Aula 09	Gestão da inovação digital	<p>NAMBISAN, Satish et al. Digital Innovation Management: Reinventing innovation management research in a digital world. Mis Quarterly, v. 41, n. 1, 2017.</p> <p>VAN ALSTYNE, Marshall W.; PARKER, Geoffrey G.; CHOUDARY, Sangeet Paul. Pipelines, platforms, and the new rules of strategy. Harvard Business Review, v. 94, n. 4, p. 54-62, 2016.</p> <p>KOHLI, Rajiv; MELVILLE, Nigel P. Digital innovation: A review and synthesis. Information Systems Journal, v. 29, n. 1, p. 200-223, 2019.</p>
Aula 10	Startups	<p>BLANK, Steve. Why the lean start-up changes everything. Harvard Business Review, v. 91, n. 5, p. 63-72, 2013.</p> <p>WEIBLEN, Tobias; CHESBROUGH, Henry W. Engaging with startups to enhance corporate innovation. California Management Review, v. 57, n. 2, p. 66-90, 2015.</p> <p>ALDRICH, Howard E.; RUEF, Martin. Unicorns, gazelles, and other distractions on the way to understanding real entrepreneurship in the United States. Academy of Management Perspectives, v. 32, n. 4, p. 458-472, 2018.</p>

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável

A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 60 - 90 minutos.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, José Carlos; ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Gestão de ideias para inovação contínua**. [S. l.]: Bookman Editora, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. [S. l.]: Bookman Editora, 2009.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGTH, Steven C. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções**. [S. l.]: AMGH Editora, 2013.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação**: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. [S. l.]: M. Books Editora, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton. **Muito Além da sorte**: processos inovadores para entender o que os clientes querem. [S. l.]: Bookman Editora, 2018.

CRAINER, Stuart; DEARLOVE, Des. **Inovação**: como levar sua empresa para o próximo nível. [S. l.]: Bookman Editora, 2014.

DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert D. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DRUKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1987.

JOHNSON, Steven; BORGES, Maria Luiza X. de A. **De onde vem as boas ideias**. [S. l.]: Zahar, 2011.

KEELEY, Larry et al. **Dez tipos de inovação**. [S. l.]: DVS Editora, 2016.

PETERS, Tom. **O círculo da inovação**: você não deve evitar o caminho para o seu sucesso. São Paulo: Harbra, 1998.

RIES, Eric. **A startup enxuta**. [S. l.]: Leya, 2012.

RIES, Eric. **O estilo startup**: como as empresas modernas usam o empreendedorismo para se transformar e crescer. [S. l.]: LEYA, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
Aula 1	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.
Aula 2	Primeira parte: Advocacia é um negócio? Segunda parte: Law Firm economics 101	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future</i> . Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.

Aula 3	<p>Primeira parte: Financial Management</p> <p>Segunda parte: Smarter Pricing, Smarter Profit</p>	<p>POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153.</p> <p>DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.</i> Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.</p>
Aula 4	<p>Primeira parte: Gestão do Tempo</p> <p>Segunda parte: Risk Management</p>	<p>JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers.</i> Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56.</p> <p>POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.</p>
Aula 5	Marketing na advocacia	<p>VERCAMMEN, Kenneth. <i>Smart marketing for the small firm lawyer.</i> Chicago: Aba publishing, 2014.</p>

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um pequeno vídeo com orientações para os advogados em torno de 5 minutos (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (coord.). **Direito, gestão e prática: administração legal para advogados.** São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (coord.). **Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial.** São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

DODDS, Stuart J. T. **Smarter pricing, smater profit: a guide for the law firm of the future.** Chicago: Aba publishing, 2014.

JARMON, Amy L. **Time and workplace management for lawyers.** Chicago: Aba publishing, 2013.

LAMBRETH, Susan Raridon; RUEFF JUNIOR, David A. **The power of legal project management.** Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. **The business guide to law: creating and operating a successful Law firm.** Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno.** Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia.** São Paulo: Magister, 2011

POLL, Edward. **The business of law: planning and operating for survival and growth.** 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (coord.). **Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica.** São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro.** Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron *et al.* The divergence of legal procedures. Cambridge, USA: National Bureau of Economic research, 2008. (Working Paper, 13809). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil.** Brasília, DF: Banco Mundial, 2004. Relatório n. 32789-BR. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

CAIN, George H. **Turning points: new paths and second careers for lawyers.** Chicago: Aba publishing, 1994.

KOBAIASHI, Bruce H.; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. *In:* BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (ed.). **Encyclopedia of law and economics.** Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

KRIEGER, Stefan H.; NEUMANN JUNIOR, Richard K. **Essential lawyering skills: interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis.** 4. ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, June 2002. Disponível em: http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf.

MELCHER, Michael F. **The creative lawyer: a practical guide to authentic professional satisfaction.** Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. **The failing law firm: symptoms and remedies.** Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância.** Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais.** São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. **Smart marketing for the small firm lawyer.** Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. **What Law school doesn't teach you...but you really need to know: expert tips & Strategies for making your legal career a huge success.** Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Governança Corporativa**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Profa. Dra. Clea Beatriz Macagnan

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos de governança; Governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança CVM.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I - Controle x Propriedade
- Módulo II – Assimetria de informação e Conflito de interesse
- Módulo III – Governança Corporativa no mundo
- Módulo IV - Governança Corporativa no Brasil
- Módulo V – Estudo de casos aplicados

AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á com base em dois critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 2/5 da nota final.
- Apresentação e entrega de trabalho (análise contrato social e mecanismo de governança) (última aula) – 3/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Uncertainty in Economics**, [s. l.], v. 84, n. 3, p. 235-251, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50022-X>. Acesso em: 19 out. 2018.

ARROW, Kenneth J. Uncertainty, and the welfare economics of medical care. **The American Economic Review**, [s. l.], v. 53, n. 5, p. 941-973, Dec. 1963.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-009-9257-3_8. Acesso em: 19 out. 2018.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florêncio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, [s. l.], v. 54, p. 471-517, 1999.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. Investor protection and corporate valuation. **Journal of Finance**, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 1147-1170, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/1540-6261.004572>. Acesso em: 19 out. 2018.

MORCK, Randall K. (ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research (NBER), 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **G20/OECD Principles of corporate governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael V. X.; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [s. l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance, and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [s. l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

TRICKER, R. I. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S. l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Prof. Dr. Marciano Buffon e Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da análise econômica do direito.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula 1	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	<p>BUFFON, Marciano. Johnny versus João: uma estória sobre a hipocrisia e a injustiça fiscal brasileira. In: Luciana Turatti; Fernanda Storck Pinheiro. (Org.). Direitos humanos na contemporaneidade. 01ed.LAJEADO - RS: UNIVATES, 2018, v. 01, p. 173-182.</p> <p>COLLIER, Paul. O estado ético, p. 55-79. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019.</p> <p>COLLIER, Paul. A empresa ética, p. 81-113. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM.</p> <p>COLLIER, Paul. As novas inquietações, p. 3-26. In: O Futuro do Capitalismo: Enfrentando as novas inquietações. Porto Alegre, RS : L&PM, 2019</p>

Aula 2	Incentivos fiscais e extrafiscalidade	<p>BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento, v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016.</p> <p>LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público, v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016.</p> <p>PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 231-269, 2016.</p>
Aula 3	Fontes de fomento à inovação	<p>AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos, v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016.</p> <p>PORTO, Geciane Silveira; MEMÓRIA, Caroline Viriato. Incentives for technological innovation: a study of the public policy of tax exemption in Brazil. Journal of Public Administration, 2019, 53.3: 520-541.</p> <p>SANTOS, Fabio Gomes dos; TONETTI, Rafael Roberto Hage; MONTEIRO, Vítor. Desafios jurídicos para o fomento financeiro da inovação pelas empresas, p. 177 -212. In: Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais. São Paulo: Blucher, 2017.</p>
Aula 4	Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	<p>BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. <i>The Oxford Handbook of Innovation</i>. Oxford, Oxford University Press, 2006.</p> <p>LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. <i>The Oxford Handbook of Innovation</i>. Oxford, Oxford University Press, 2006.</p> <p>TÖDTLING, Franz; TRIPPL, Michaela. One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. Research policy, v. 34, n. 8, p. 1203-1219, 2005.</p>
Aula 5	Política de Inovação	<p>EDLER, Jakob; FAGERBERG, Jan. Innovation policy: What, why, and how. Oxford Review of Economic Policy, v. 33, n. 1, p. 2-23, 2017.</p> <p>FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys, 2016.</p>

		SCHOT, Johan; STEINMUELLER, W. Edward. Three frames for innovation policy: R&D, systems of innovation and transformative change. Research Policy , v. 47, n. 9, p. 1554-1567, 2018.
Aula 6	O Sistema de Inovação Brasileiro: uma proposta de política orientada por missões	<p>CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena MM. Políticas de inovação e desenvolvimento. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais/organização de Diogo R. Coutinho, Maria Carolina Foss, Pedro Salomon B. Mouallem.—São Paulo: Blucher, 2017.</p> <p>MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfolio-Penguin, 2014.</p> <p>MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal. 2016.</p>
Aula 7	Inovação na agenda política brasileira Parte I	<p>BRASIL. Emenda Constitucional no 85. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-85-26-fevereiro-2015-780176-publicacaooriginal-146182-pl.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI). Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, Brasília, 2016 Disponível em: https://portal.insta.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. ‘Marco Legal da Inovação’ conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), regulamentado pelo Decreto nº 9.283, alterando a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2004, já modificada pela Lei nº 13.243, de 2016), Lei das Licitações (art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993), o art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 (Ementa: Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125998. Acesso em: 20/03/2020.</p>

Aula 8	Inovação na agenda política brasileira Parte II	<p>BRASIL. Plano Plurianual 2016-2019. Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf/view. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.971, de 27 de dezembro de 2019 que institui o ‘Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2020_2023/lei/Lei13.971-2019.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Plano de ação para a promoção da inovação tecnológica: 2018-2022 / Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/ASCOM_PUBLICACOES/plano_acao_promocao_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.122, de 19 de março de 2020, que define ‘as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1122_de_19032020.html. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.329, de 27 de março de 2020, que ‘altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023’. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672. Acesso em: 30/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº6.762, de 17 de dezembro de 2019, que ‘institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores - PNI, visando fomentar o surgimento e a consolidação de ecossistemas de inovação e de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no País’. Disponível em:</p>
--------	---	--

		https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.762-de-17-de-dezembro-de-2019-234748537 . Acesso em: 30/03/2020.
aula 9	<p>Apoio Financeiro Indireto:</p> <p>Incentivos Fiscais</p> <p>- Lei do Bem</p> <p>- Rota 2030</p> <p>- Política industrial para o setor TICs e para o setor de semicondutores</p>	<p>MARQUES, Fabrício. Política industrial em xeque. Pesquisa FAPESP, 2017, p.34-37, 251.</p> <p>BRASIL. Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; ‘dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica’; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o ‘Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística’; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14</p>

	<p>de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13755.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº13.969, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a ‘política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores’ e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13969.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº1.294, de 26 de março de 2020, que regulamenta a apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para fins de fruição do incentivo previsto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_1294_de_26032020.html. Acesso em: 27/03/2020.</p> <p>BRASIL. Decreto nº10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação (Lei de Informática) que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10356.htm. Acesso em: 21/05/2020.</p> <p>BRASIL. Instrução Normativa nº1.953, de 21 de maio de 2020, que disciplina a compensação dos créditos financeiros (Lei de Informática e PADIS) de que tratam o art. 7º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o art. 4º-C da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.953-de-21-de-maio-de-2020-258046684. Acesso em: 22/05/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº2.796, de 30 de junho de 2020, que regulamenta apresentação da declaração de investimento de recursos financeiros em atividades de pesquisa,</p>
--	---

		<p>desenvolvimento e inovação (PD&I) e a emissão do certificado de reconhecimento de crédito financeiro no âmbito do PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.796-de-30-de-junho-de-2020-265867451. Acesso em: 01/07/2020.</p> <p>BRASIL. Portaria nº2.861, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades relacionadas ao PADIS. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.861-de-8-de-julho-de-2020-267031334. Acesso em: 09/07/2020.</p>
Aula 10	<p>Apoio Financeiro Indireto:</p> <p>Investimento Obrigatório</p> <p>- Cláusula de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (Cláusula de PD&I)</p> <p>- Programa de P&D da ANEEL</p>	<p>BRASIL. Lei nº9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</p> <p>Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p> <p>BRASIL. Lei nº9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.</p> <p>Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 20/03/2020.</p>

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em aula: 20%

Participação nos fóruns: 20%

Leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: 30%

Elaboração de resenha crítica: 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos e legislação aplicável: A cada aula haverá textos referências legais e/ou normativas relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas. A cada aula serão designados alunos para preparar uma apresentação para

os colegas sobre os respectivos textos e/ou referências da aula. A apresentação deverá estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias. A apresentação deverá ser planejada de forma a ocupar entre 45 - 60 minutos da aula.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORRÁS, Susana; EDQUIST, Charles. **Holistic innovation policy: theoretical foundations, policy problems, and instrument choices**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BUFFON, Marciano; HOHENDORFF, Raquel von; BARCELLOS, Vinicius de Oliveira. Como os tributos morrem: a necessária (re) legitimação dos tributos no século XXI. **Revista Direitos Culturais**, [s. l.], v. 15, n. 36, p. 269-305, 2020.

COSTA, Achyles Barcelos da. Teoria econômica e política de inovação. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 281-307, 2016.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, ano 4, n. 47, p. 1-16, 2006.

DIAMOND, Jared M. **Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. [S. l.]: Editora Record, 2005.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. [S. l.]: Editora Record, 2017.

DIAMOND, Jared. **Reviravolta: como indivíduos e nações bem-sucedidas se recuperam das crises**. [S. l.]: Editora Record, 2019.

EDLER, Jakob; GEORGHIOU, Luke. Public procurement and innovation: resurrecting the demand side. **Research policy**, [s. l.], v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

EDQUIST, Charles. Innovation policy: A systemic approach. Tema, Univ., 1999. **rever**

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. [S. l.]: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. Où atterrir?: comment s'orienter en politique. La découverte, 2017.

PIKETTY, Thomas. Introdução. In: PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. [S. l.]: Editora Intrínseca, 2014. p. 9-42.

ROBINSON, James; ACEMOGLU, R. **Why nations fail**. New York: Crown Publishing Group, 2012.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. [S. l.]: Edipro, 2019.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a quarta revolução industrial**. [S. l.]: Edipro, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professor: Prof. Dr. João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais o Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional o Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional o Teorias de Comércio Internacional o Balanço de Pagamentos o Blocos econômicos, Mercosul o Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas**: seminário em homenagem a Pedro Malan. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson *et al.* **Mercado de capitais**: regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of payments and international investment position manual**. Washington: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5th ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading**: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro**: entre estabilidade e risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Metodologia para a Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, “Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum” (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturando o artigo científico e outros trabalhos acadêmicos.

AValiação

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário, além de outros modelos, e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. *et al.* **The craft of research**. 4th ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?** Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa: técnicas de investigação, argumentação e redação.** 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SIEMS, Mathias M.; SÍTHIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. **The Cambridge Law Journal**, [s. l.], v. 71, p. 651-676, 2012.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Previdência Social e Empresas**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121809

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes e Prof. Dr. Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Conceitos Constitucionais e Legislativos acerca do Financiamento Previdenciário. Programas obrigatórios no ambiente de trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Limbo jurídico trabalhista e previdenciário. Ações Regressivas propostas pelo INSS em face das empresas. Desoneração Judicial da folha de salários. Efeitos dos Benefícios Previdenciários no Contrato de Trabalho. Efeitos da sentença trabalhista nas ações previdenciárias. Crimes Previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Previdência como direito fundamental. Financiamento do sistema. Acidentes de Trabalho e Repercussões Previdenciárias. Limbo previdenciário Trabalhista. Oneração de folha. INSS e Empresas. Risco Previdenciário. Instrumentos de Prevenção nas Empresas. PPRA. LTCAT. PCMSO. Importância das Normas Regulamentadoras. Crise na Previdência.

OBJETIVOS

- a) Compreender a atual dinâmica previdenciária nas empresas;
- b) Estudar os instrumentos de proteção empresarial no tocante ao risco previdenciário dos trabalhadores;
- c) Reconhecer a Previdência Social como um direito fundamental e social no equilíbrio das relações humano-empresariais.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Eduardo Rocha. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. **Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação**. 2. ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

RUBIN, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João Augusto Câmara da. O conceito da incapacidade no âmbito do benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 17, n.1, 91130, jan./abr. 2015. Quadrimestral.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambite. **Curso de direito previdenciário**. 20. ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2015.

JORGE, Táris Nametela Sarlo. **Teoria geral do direito previdenciário e questões controvertidas do regime geral (INSS), do regime dos servidores públicos e dos crimes previdenciários**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **Direito previdenciário: custeio e benefícios**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis *et al.* **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LAZZARI, João Batista (coord.); *et al.* **Comentários à reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LEITÃO, André Studart. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Sistemas Jurídicos Internacionais**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professora: Profa. Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Caracterização, distinção e análise dos principais sistemas jurídicos contemporâneos: Civil Law e Common Law. Estudo do sistema jurídico inglês e do sistema jurídico norte-americano, com ênfase na formação do precedente judicial. Os sistemas jurídicos nos processos de integração regional: a formação e aplicação do Direito da União Europeia e do Direito do MERCOSUL. Peculiaridades do Direito Asiático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- *Civil Law e Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law e soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, *case law*, formação do precedente;
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário, precedente judicial;
- Direito da União Europeia: supranacionalidade e formação dos princípios comuns, sistema judiciário, aplicação uniforme do direito no espaço integrado;
- Direito do MERCOSUL: intergovernamentalidade, sistema jurídico, diálogo entre cortes;

AValiação

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;
- *Seminário a ser apresentado no último dia de aula.*

Critérios de avaliação:

- *Seminário e entrega de relatório*: 70%;
- Estudo de casos e debates: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJANI, Gianmaria *et al.* **Sistemas jurídicos comparados**: lecciones y materiales. Tradução de Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GALIO, Morgana Henicka. História e formação dos sistemas Civil Law e Common Law: a influência do direito romano e a aproximação dos sistemas. *In*: DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá; NEUENSCHWANDER, Juliana Magalhães; WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **História do Direito II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 233-255. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>. Acesso em: 19 out. 2018.

GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas jurídicos contemporâneos**. México: Cultura Jurídica, 2010.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. A Transformação do Civil Law e a oportunidade de um sistema precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, [s. l.], n. 380, p. 45-50, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes vinculantes nos Estados Unidos da América e no direito brasileiro: um estudo comparado. **Revista de Direito Internacional**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 264-286, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4236>. Acesso em: 19 out. 2018.

OLIVEIRA, Ana Carolina. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da Civil Law e da Common Law. **Revista Direito Público**, [s. l.], v. 12, n. 64, p. 109-126, 2015.

Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2737/1307>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VIEIRA, Andréia Costa. **Civil Law e Common Law: os dois grandes sistemas legais comparados**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Tradução por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor, 1993.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Tradução de Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [s. l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan *et al.* **Direito privado, constituição e fronteiras: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region: South Korea**. [s. l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. (Paper, 6). Disponível em: http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6. Acesso em: 21 dez. 2017.

NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos: passado, presente e futuro**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/mercosul30anos/index.html>. Acesso em: 2 mar. 2022.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro. **Revista de Processo**, [s. l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The Doctrine of Precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [s. l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

SOARES, Guido Fernandes Silva. **Common Law**: introdução ao Direito dos EUA. São Paulo: Saraiva, 1999.

YANG, Hyunah (ed.). **Law and society in Korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Projeto de Pesquisa Aplicado na Prática Jurídica**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169-T16

Professores: Profa. Dra. Daniela Pellin e Prof. Dr. José Carlos da Silva Freitas Junior (EGN)

EMENTA

A pesquisa pragmática-sistêmica e seus elementos metodológicos. A abordagem teórica da Design Science Research. A abordagem prática da Design Science Research. A experiência do projeto aplicado. A experiência da entrega prática da pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
	ENCONTRO 01 HORÁRIO: 15H30 ÀS 18H30 Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Aspectos metodológicos da pesquisa aplicada
	ENCONTRO 02 HORÁRIO: 15H30 ÀS 18H30 A pesquisa aplicada e seus elementos metodológicos
	ENCONTRO 03 HORÁRIO: 15H30 ÀS 18H30 Abordagem teórica da Design Science Research
	ENCONTRO 04 HORÁRIO: 15H30 ÀS 18H30

Abordagem prática da Design Science Research

ENCONTRO 05

HORÁRIO: 15H30 ÀS 18H30

Hands-on (mão na massa) aplicada no seu projeto de pesquisa

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A **entrega** de proposta aplicada ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo aluno segundo a metodologia DSR, cujo valor será conferido de **0,0 a 10,0 pontos**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação e a design science research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, [s. l.], v. 17, p. 1116-1133, 2015.

LACERDA, Daniel Pacheco; *et al.* Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Revista Gestão de Produção**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 741-761, 2013.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva *et al.* Design Research: aplicações práticas e lições aprendidas. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte v. 14 n. 1 p. 95-116, 2015.

FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva *et al.* Design science research in developing leadership in virtual worlds. **International Journal of Science and Research Methodology**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 73-98, 2019.

HEVNER, Alan; CHATTERJEE, Samir. Design science research in information systems. *In*: HEVNER, Alan; CHATTERJEE, Samir. **Design research in information systems**. Boston: Springer, 2011. p. 9-22.

LACERDA, Daniel Pacheco *et al.* Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão & produção**, [s. l.], v. 20, p. 741-761, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANSON, Neil J. Is operations research really research? **Orion**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 155-180, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II - A indústria 4.0 e a gestão jurídica do valor**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169-T12

Professores: Profa. Dra. Daniela Pellin

EMENTA

A disciplina tem como escopo inserir o aluno no cenário do sistema da Indústria 4.0. A partir disso, desenvolver a habilidade de compreender a linguagem de comunicação desse sistema para identificar problemas e apresentar soluções coerentes com o desenvolvimento econômico sustentável que tenha aderência ao sistema jurídico constitucional e ao ambiente regulatório global. Para isso, o aluno conhecerá os microssistemas de operação da indústria 4.0, a saber: a Internet das Coisas (IoT), a biotecnologia, a nanotecnologia, a robotização, a inteligência artificial (IA), o big data, a realidade aumentada e a integração de processos e de cultura, a fim de poder, com autonomia e independência, identificar as potencialidades, os limites, os riscos e os impactos aos ecossistemas social e ambiental cujo resultado no campo do conhecimento é a gestão jurídica de valor que deve ser incutido aos padrões culturais de exercício da atividade econômica no país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	CONTEÚDO
ENCONTRO 01	<p>Apresentação da disciplina e orientações para o semestre letivo.</p> <p>Sociedade da Informação. TICs. Indústria 4.0. CF/1988. Legislações atuais.</p> <p>Textos de leitura que antecede a aula:</p> <p>PELLIN, Daniela. (2019). A reconstrução da Torre de Babel pelos construtores da Governança. Em M. F. SANTIAGO, & A. L. LUPI, Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação (pp. 78-94). Florianópolis: CONPEDI. Fonte:</p>

	<p>http://conpedi.danielolr.info/publicacoes/34q12098/xlk81s04/hs81L509ADd54v8F.pdf</p>
ENCONTRO 02	<p>Os padrões de comunicação sistêmica: Desenvolvimento Econômico Sustentável (Agenda 2030) e suas implicações e aplicações no cenário empresarial interno. Textos de leitura que antecede a aula: PELLIN, Daniela., & ENGELMANN, Wilson. (2018). A Análise Econômica da Lei do Microempreendedor Individual Para além do Direito: a política. Economic Analysis of UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS Law Review, 9(2), 177-193. Acesso em 16 de fev de 2020, disponível em https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALRBRASIL . Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: Genebra 2003 e Túnis 2005. Trad. Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.</p> <p>Disponível: em https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf acesso em 23 fev 2020.</p>
ENCONTRO 03	<p>A Indústria 4.0, as tecnologias disruptivas e seus impactos. A condição do Brasil frente a Indústria 4.0.</p> <p>Texto de leitura que antecede a aula: “É fundamental que governos e grandes corporações construam cenários para a Revolução 4.0” (p. 91-93)</p> <p>Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/514</p> <p>“O Brasil tem a obrigação de pôr em prática o conceito da indústria 4.0” (p. 88-90)</p> <p>Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/514</p> <p>“Economia nacional se afasta cada vez mais da Revolução Industrial 4.0”</p> <p>Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595244-economia-nacional-se-afasta-cada-vez-mais-da-revolucao-industrial-4-0 Acesso em 24 fev 2020.</p>
ENCONTRO 04	<p>O papel das Startups no cenário da Indústria 4.0</p> <p>Texto para leitura que antecede a atividade em sala de aula: “Como lutar contra o racismo da inteligência artificial”.</p> <p>Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/596204-como-lutar-contr-o-racismo-da-inteligencia-artificial Acesso em 25 fev 2020.</p> <p>“Capitalismo no século XXI e a força cerebral no cerne da cadeia de valor”.</p> <p>Disponível em:</p>

	<p>http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7350-capitalismo-no-seculo-xxi-e-a-forca-cerebral-no-cerne-da-cadeia-do-valor</p> <p>“A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo”</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/282acadernosihuideias.pdf</p>
ENCONTRO 05	<p>O Blockchain e o elemento sistêmico da confiança.</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: “Bitcoins e a difícil fuga do sistema financeiro mundial”</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7068-bitcoins-e-a-dificil-fuga-do-sistema-financeiro-mundial</p> <p>FALEIROS Júnior, José Luiz de Moura; ROTH, Gabriela. Como a utilização do blockchain pode afetar institutos jurídicos tradicionais? Atuação: Rev. Jur. do Min. Públ. Catarin., Florianópolis, v. 14, n. 30, p. 39-59, jun./nov. 2019.</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://seer.mpsc.mp.br/index.php/atuacao/article/view/82 Acesso em: 24 fev 2020.</p>
ENCONTRO 06	<p>As plataformas digitais e a economia compartilhada (ou sob demanda).</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: “O vale do Silício e o novo trabalho fantasma”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592335-o-vale-do-silicio-e-o-novo-trabalho-fantasma Acesso em 24 fev 2020.</p> <p>“O ‘velho capitalismo’ e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço”</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7585-o-velho-capitalismo-e-seu-folego-para-dominacao-do-tempo-e-do-espaco</p> <p>“Dez princípios para o cooperativismo digital”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568942-dez-principios-para-o-cooperativismo-digital Acesso em 24 fev 2020.</p>
ENCONTRO 07	<p>A biologia sintética e o compartilhamento de informações sensíveis.</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: “Impactos da biologia sintética na Revolução 4.0 e na hipótese bioética” (p. 47-51)</p> <p>Disponível em:</p>

	<p>http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao544.pdf</p> <p>A era da memória total e do esquecimento contínuo” (p.18-21)</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao368.pdf</p>
ENCONTRO 08	<p>O big data e o score como definição de perfil socioeconômico</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações. Trad. Magnum Eltz. Curitiba: Editora CRV, 2017; p. 45- 68; 259-274.</p> <p>“Homo Deus e a grande revolução algorítmica no séc. XXI”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7154-homo-deus-e-a-grande-revolucao-algoritmica-no-seculo-xxi Acesso em 25 fev 2020.</p> <p>“Em tempos de Revolução 4.0, a multiplicação de olhos no controle biopolítico”</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7575-em-tempos-de-revolucao-4-0-a-multiplicacao-de-olhos-no-controle-biopolitico Acesso em 24 fev 2020.</p>
ENCONTRO 09	<p>O microsistema da robótica e o transumanismo; da realidade aumentada, suas potencialidades e impactos.</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: “Realidade aumentada; a tecnologia que matará seu smartphone”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568080-realidade-aumentada-a-tecnologia-que-matara-seu-smartphone Acesso em 24 fev 2020</p> <p>“Alguns propõem colocar a mente em uma máquina. Entrevista com Antônio Diéguez”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595016-alguns-propoem-colocar-a-mente-em-uma-maquina-entrevista-com-antonio-dieguez Acesso em 24 fev 2020.</p> <p>“O pós-humanismo bate à porta: do homo sapiens ao ciborgue”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595823-o-pos-humanismo-bate-a-porta-do-homo-sapiens-ao-ciborgue Acesso em 24 fev 2020.</p> <p>“Robôs, Revolução 4.0 e Renda Básica de Cidadania”.</p> <p>Disponível em:</p>

	<p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569579-robos-revolucao-4-0-e-renda-basica-de-cidadania-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves Acesso em 24 fev 2020. “Direitos na era do algoritmo. Entrevista com André Gil Dominguez”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596499-direitos-na-era-do-algoritmo-entrevista-com-andres-gil-dominguez Acesso em 24 fev 2020.</p>
ENCONTRO 10	<p>A robótica, a biotecnologia e a nanotecnologia: impactos e implicações.</p> <p>Texto para leitura que antecede a aula: “A robótica, a biotecnologia e a nanotecnologia. O redesenho da forma humana e das formas de vida. Entrevista especial com Luiz Alberto Oliveira”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/?id=11266 Acesso em 24 fev 2020.</p> <p>“Desafios de regulação e organização na gig economy global. Entrevista com Alex Wood”.</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595131-desafios-de-regulacao-e-organizacao-na-gig-economy-global-entrevista-com-alex-wood Acesso em 24 fev 2020.</p>

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota 7,0 (de um total de 10,0) avaliada no contexto global de participação em aula e resultado de aprendizagem (valor 1,0). Assim, a avaliação é compreendida como a realização e entrega das atividades aplicadas em sala de aula mediante leitura prévia de textos indicados (valor 3,0) e a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema e hipótese observados ao longo do processo de construção da disciplina (valor 6,0).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAEZ, Narciso L. X. *et al.* (org.). **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Santa Catarina: Editora Unoesc, 2015.

BRASIL. **Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**: Genebra 2003 e Túnis 2005. Trad. Marcelo Amorim Guimarães. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em:
https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernosCGIbr_DocumentosCMSI.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

COTTER, Robert. H.; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O Nó de Salomão: como o Direito pode erradicar a pobreza das nações.** Trad. Magnum Eltz. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DRUCKER, Peter. F. **A administração na próxima sociedade.** São Paulo: Nobel, 2002.

HAHARI, Yuval N. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** Trad. Paulo Gaiger. São Paulo: Cia. Das Letras, 2016.

MORAIS, Izabelly S. *et al.* **Introdução a Big Data e Internet das Coisas (IoT).** Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book.* Disponível em:
http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5064588&aceso=aHR0cHM6Ly9pbnRlZ3JhZGZGubWluaGFiaWJsaW90ZWVhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTk1MDI3NjQw&label=aceso%20restrito. Acesso em 13 fev 2020.

NORTH, Douglas C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico.** São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SÁTYRO Walter C.; *et al.* **Indústria 4.0: conceitos e fundamentos.** Editora Blucher. *E-book.* Disponível em:
http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5106661&aceso=aHR0cHM6Ly9pbnRlZ3JhZGZGubWluaGFiaWJsaW90ZWVhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTIxMjEzNzEw&label=aceso%20restrito. Acesso em: 13 fev. 2020.

SCHWAB, K. **Aplicando a Quarta Revolução industrial.** Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial.** Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil:** Livro Verde. Brasília, DF: MCT, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Aurélio L. **O curso do pensamento sistêmico.** São Paulo: Instituto Sistêmico, 2014.

BOFF, Salete O.; FORTES, Vinicius B.; PIMENTEL, Luiz O. (org.). **Direito e desenvolvimento sustentável: a (necessária) proteção jurídica da biotecnologia e a (necessária) regulamentação do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais.** Passo Fundo: IMED, 2013.

ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior R. **Inovação no Brasil: entre os riscos e o marco regulatório.** Jundiaí: Paco, 2016.

ENGELMANN, Wilson; WITTMANN, Cristian (org.). **Direitos humanos e novas tecnologias.** Jundiaí: Paco, 2015.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

FORMIGA, Manuel M. (org.). **Engenharia para o desenvolvimento**: inovação, sustentabilidade e responsabilidade social como novos paradigmas. Brasília, DF: SENAI, 2010.

KURZWEIL, R. **Age of spiritual machines**: when computers exceed human intelligence. New York: Viking, 1999.

MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Z. P. (coord.). **Direito, inovação e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2015.

POPADIUK, Silvio. **Exploração, exploração e ambidestria**: inovação para a geração de valor. São Paulo: Mackenzie, 2015.

RIFKIN, J. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. São Paulo: M. Books, 2016.

SILVA, Soraia Juliane da. **Inovações científicas e tecnológicas em estética e cosmética**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. *E-book*. Disponível em:
http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5081523&acesso=aHR0cHM6Ly9pbnRlZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWVhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTk1MDI5MjQ4&label=aceso%20restrito Acesso em: 13 fev. 2020.

VERGANTI, Roberto. **Design-driven innovation**: changing the rules of competition by radically innovating what things mean. Boston: Harvard Business Press, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II – Intercâmbio Acadêmico**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T07

Professores: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Viagem internacional para duas semanas de estudos junto à Universidade Lusófona do Porto (de 09 a 13/10/2023) e Universidade Lusófona de Lisboa (de 16 a 20/10/2023), Portugal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito da Empresa e dos Negócios sob a perspectiva do Direito Português e do Direito Europeu; Inovação, Novas tecnologias e o Direito Português; Visitas técnicas: na cidade do Porto: ao Tribunal da Relação do Porto e ao Tribunal Central Administrativo Norte; em Lisboa, visita ao Tribunal Constitucional português; Supremo Tribunal Administrativo; Supremo Tribunal de Justiça; Centro de Arbitragem Administrativa e Tributária.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas e entrega de relatório sobre as atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Literatura portuguesa específica a ser disponibilizada pela Universidade Lusófona do Porto e de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Literatura portuguesa específica a ser disponibilizada pela Universidade Lusófona do Porto e de Lisboa.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II – Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias**

Ano/Semestre: 2023/1

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T15

Professores: Prof. Dr. Cristiano Colombo, Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon e Prof. Dr. Wilson Engelmann.

EMENTA

Introdução à Responsabilidade Civil. Pressupostos. Funções. Classificação. Danos. Quantificação das Indenizações. Novos riscos: mineração e tratamento de dados pessoais, nanotecnologia, internet das coisas, veículos autônomos e inteligência artificial. Ciberespaço e Pessoa. Responsabilidade Civil dos controladores, operadores e encarregados em matéria de proteção de dados pessoais. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Responsabilidade civil dos provedores de conexão e aplicação. Marco Civil da Internet. Nanotecnologia. Princípios. Responsabilidade Civil do Produtor. Mundo corporativo e os impactos das novas tecnologias. Metaverso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Novos riscos. Noções gerais sobre internet. Ciberespaço e interações sociais. Direitos Fundamentais e Novas Tecnologias. Direitos de Personalidade. Teorias da regulação. “Corpo eletrônico”. Cenário legislativo brasileiro sobre novas tecnologias. Responsabilidade Civil: das noções clássicas aos novos riscos. Funções da responsabilidade civil. Danos no mundo digital. Critérios para fixação indenização. Responsabilidade Civil dos provedores de conexão e aplicação e sua classificação: a) subjetiva; b) objetiva; c) solidária; d) subsidiária. Marco Civil da Internet. Responsabilidade Civil em matéria de proteção de dados: conceitos, princípios, classificação da responsabilidade civil. Internet das coisas e os dados. Nanotecnologia. Princípios da precaução, da proteção e saúde do público e dos trabalhadores, da sustentabilidade

ambiental, da transparência, da participação do público e da responsabilidade do produtor. Danos futuros. Veículos autônomos e os atores em matéria de responsabilidade civil. Responsabilidade civil dos empregados e empregadores, frente às Novas Tecnologias e o Trabalho. Metaverso.

OBJETIVOS

- a) Compreender as novas tecnologias e suas consequências para a pessoa humana;
- b) Estudar com profundidade a legislação sobre novas tecnologias, com viés teórico e prático;
- c) Refletir sobre os efeitos das novas tecnologias, em matéria de responsabilidade civil;

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. São Paulo: GEN, 2018. *E-book*:
http://www.biblioteca.asav.org.br/biblioteca_s/aceso_login.php?cod_acervo_acessibilidade=5202608&aceso=aHR0cHM6Ly9pbmRlZ3JhZGEubWluaGFiaWJsaW90ZWNhLmNvbS5ici9ib29rcy85Nzg4NTMwOTk0MTA1&label=aceso%20restrito.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. The right to privacy. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. 4, n. 5, Dec. 1890.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHERRY, Denny. **Fundamentos da privacidade digital**. São Paulo: Elsevier, 2014.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 217-237, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4910>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SILVA, T. E. M.; ENGELMANN, W.; HOHENDORF, R. V. Nanotecnologias e os desafios no campo alimentar: Que futuro nos espera?. **Tomo**, [s. l.], v. 29, p. 207-235, 2016.

IRTI, Natalino. **Norma e luoghi**: problemi di geo-diritto. Bari: Laterza, 2006.

KU, Raymond S. R.; LIPTON, Jacqueline D. **Cyberspace law**: cases and materials. New York: Aspen Publishers, 2016.

LASICA, J. D. **Identity in the age of cloud computing**. Washington: The Aspen Institute, 2009.

LESSIG, Lawrence. The law of the horse: what cyber law might teach. **Harvard Law Review**, [s. l.], v. 113, n. 2, p. 501-549, Dec. 1999.

LESSIG, Lawrence. **Code Version 2.0**. New York: Lawrence Lessig CC Attribution-ShareAlike, 2006. *E-book*.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2008.

LIMBERGER, Têmis. **O direito à intimidade na era da informática**: a necessidade de proteção dos dados pessoais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Comércio eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I – Regulação do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais**

Ano/Semestre: 2023/I

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T15

Professores: Manoel Gustavo Neubarth Trindade e Guilherme Centenaro Hellwig

EMENTA

Estudo do Sistema Financeiro e de sua normatização jurídica, cotejando-se as formas alternativas existentes de financiamento da atividade empresarial (mercado de capitais e mercado de crédito) e suas peculiaridades. Análise da importância da regulação do sistema financeiro em face das novas formas de insurgência das falhas de mercado diante das transformações decorrentes dos avanços tecnológicos. Exame do fenômeno das *fintechs* e das inovações disruptivas no mercado de crédito e de capitais. Exame aplicado da estruturação jurídica e econômica de operações financeiras no mercado de crédito e de capitais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia.
2. Sistema Financeiro: conceito, elementos, agentes econômicos, ativos, estruturas observadas e funcionamento. Agentes superavitários, deficitários e intermediários (diretos e indiretos).
3. Mercados integrantes do Sistema Financeiro, características e peculiaridades: Mercado de Crédito, Mercado de Capitais, Mercado de Câmbio, Mercado Monetário, Mercado de Seguros e Mercado de Previdência Privada.

4. Importância do Sistema Financeiro para o crescimento e desenvolvimento econômico. Promoção de Eficiência Econômica. Eficiência em termos de Pareto e Kaldor-Hicks. Perspectiva crítica.
5. Avanços tecnológicos e inovações disruptivas aplicadas ao Sistema Financeiro. Redução dos custos de transação e de produção/obtenção de informações. *Fintechs. Blockchain. RegTech.* Novos ativos e novas estruturas de mercado. *Equity Crowdfunding.*
6. Novas formas de insurgência das Falhas de Mercado no Sistema Financeiro atual.
7. Assimetria Informacional: *Insider Trading, Churning*, Teoria da Firma, Teoria da Empresa, Relação Agente-Principal, Direito dos Minoritários, Benefícios Privados do Controle e Problemas de Ação Coletiva.
8. Poder Disfuncional de Mercado: Manipulação de Mercado, democratização do acesso à poupança pública e investimentos com maior potencial de retorno.
9. Custos de Transação: tendência à redução dos Custos de Transação Diretos e Indiretos, Contratos Padronizados, *Default Rules* e Escalabilidade.
10. Externalidades: Risco Sistêmico e Risco Setorial.
11. A necessidade de um novo modelo de regulação do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais. Globalização dos mercados e padronização internacional da regulação.
12. Conformação Regulatória do Mercado de Capitais a partir das Falhas de Mercado: Regulação Dinâmica e Modulável do Mercado de Capitais.
13. Operações Estruturadas e operações no Mercado de Capitais.

METODOLOGIA

Alinhadas às competências a serem desenvolvidas e buscando envolver o aluno de forma ativa no processo de aprendizagem, serão adotadas metodologias e técnicas pedagógicas diversificadas, tais como: aulas expositivo-dialogadas; trabalhos individuais e/ou em grupo; leituras e estudos dirigidos; resoluções de problemas; análises e discussões de documentos; estudos de casos; pesquisas; seminários; estudos de caso; resenhas, análises de filmes; debates; assessoramentos individuais ou em grupo; estudos dirigidos; fichas de leitura; exercícios para resolução individual e em equipe; produções de textos e artigos científicos.

AVALIAÇÃO

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Participação em aula, Seminários e Trabalhos em Grupo = 4,0.

Elaboração de Artigo Científico e Trabalhos individuais = 6,0.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ARAÚJO, D. B. S. G. Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da regulação brasileira. *In: _____*. **Regulação brasileira do mercado de capitais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ARNER, D. W.; BARBERIS, J. N.; BUCKLEY, R. P. FinTech, RegTech and the Reconceptualization of Financial Regulation. **Northwestern Journal of International Law & Business**; University of Hong Kong Faculty of Law Research, October 1, 2016. [Paper n.º. 2016/035]. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2847806>>.

ARNER, D. W.; BARBERIS, J. N.; BUCKLEY, R. P. The Evolution of Fintech: **A NEW POST-CRISIS PARADIGM?** University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper n.º 2015/047], October 1, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2676553>>.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. **Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas**. *In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.)*. Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

BEBCZUK, R. N. **Asymmetric information in financial markets: introduction and applications**. Cambridge: Cambridge University, 2003.

BOCATER, M. I. R. O exercício do poder de polícia e regulador da CVM: aperfeiçoamentos recentes. *In: MOSQUERA, R. Q. (Org.)*. **Aspectos atuais do direito do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 1999.

CARNEY, Mark. **The Promise of FinTech – something new under the sun?** Discurso feito ao G-20 na Conferência “Digitising Finance, Financial Inclusion and Financial Literacy”. Wiesbaden, Alemanha, 25 de janeiro de 2017.

DIAS, Bruno Fernandes; PEPE, Rafael Gaia Edais. **Elementos jurídicos da regulação do crowdfunding no Brasil**. *In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.)*. Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

DEBIASI, C. M. O mercado de Previdência Privada no Brasil: análise das melhores alternativas de investimento previdenciário. **Revista de Ciências da Administração**, v. 6, n. 12, p. 01-22, 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24823/o-mercado-de-previdencia-privada-no-brasil--analise-das-melhores-alternativas-de-investimento-previdenciario/i/pt-br>>.

JAKOBI, K. B.; RIBEIRO, M. C. P. **A Análise econômica do Direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

YAZBEK, Otavio. **Crise, inovação e regulação do mercado financeiro**. In: SATIRO, Francisco de Souza Júnio (coord.). **Direito, gestão e prática: mercado de capitais**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 133-134.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage. **Tsinghua China Law Review**, University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper nº. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>>.

PILKINGTON, M. Blockchain Technology: principles and applications. **Research Handbook on Digital Transformations**, 18, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2662660>>.